17ª COP sobre mudança do clima

Luzes para Durban

BRAÇO EXECUTIVO da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-17 acontece no período de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011, em Durban, na África do Sul. O evento deverá reunir representantes de governos de todo o mundo, organizações internacionais e representantes da sociedade civil.

Um dos primeiros aspectos sensíveis diz respeito ao estado de ânimo dos participantes. A frustração com os resultados práticos, considerados irrelevantes nos últimos encontros da COP, não permite traçar cenários de grandes mudanças. O ambiente mostra uma falta de definições e inclusive retrocesso, como no caso de o Japão admitir abertamente ser contra a continuidade do Protocolo de Kyoto, o único instrumento que obriga os países desenvolvidos a reduzirem a taxa de emissão de CO_2 até 2012. Nesta linha balançam Austrália, Rússia e Canadá.

Uma das prioridades do encontro será fazer com que os países assinantes do Protocolo de Kyoto trabalhem de maneira construtiva, para evitar lacuna entre o primeiro (de 2007 a 2012) e o segundo (pós-2012) períodos de cumprimento das metas de redução de emissões dos países desenvolvidos.

O Banco Mundial produziu um relatório para ser apresentado na reunião de ministros do G-20, que ocorre neste mês, em Cannes, na França. Entre as recomendações, para levantar recursos para ações de mitigação e adaptação, fazem parte:

- Corte nos subsídios dos combustíveis fósseis;
- Piso mínimo para a tonelada de créditos de carbono: US$ 25;
- Taxação das emissões do setor de transportes.

Países em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia e África do Sul, defendem a segunda fase do Protocolo de Kyoto. A primeira fase do acordo estipulou as reduções das emissões de CO_2 para os países desenvolvidos, mas facultou os mesmos cortes às economias em desenvolvimento. Agora, os países ricos exigem que as metas alcancem também os emergentes. A União Europeia pede para os países em desenvolvimento "fazerem mais pelo acordo", enquanto os americanos condicionam a sua participação no acordo à inclusão dos países em desenvolvimento.

Na verdade, os compromissos para reduzir as emissões estão muito distantes daqueles necessários para alcançar o objetivo de manter o aquecimento global a dois graus Celsius acima dos níveis pré-industriais. Na intenção de encontrar um caminho após Durban, Austrália e Noruega defendem a proposta de estabelecer o ano de 2015 para a criação de um acordo legalmente vinculante, capaz de obrigar a comunidade internacional a cortar emissões de gases do efeito estufa e combater os efeitos das mudanças climáticas. ■

Reuniões Preparatórias

O clima tem sido denso diante da falta de financiamento e com a diluição política para reduzir o imenso hiato entre as promessas para redução de emissões de gases de efeito estufa e o nível de redução de emissões indicado pela ciência, para manter o aquecimento global bem abaixo dos 20ºC desde o início da era industrial.

Existem dois grupos de trabalho que atuam como facilitadores do encontro. Um trabalha com a ação cooperativa de longo prazo, com uma agenda pautada nos elementos da visão compartilhada de longo prazo, mitigação, adaptação, transferência de recursos financeiros e tecnológicos e capacitação. Outro está focado nos próximos passos para a agenda de Kyoto.

Os países do G-77, que inclui o Brasil, e a China defendem que um acordo na cooperação de longo prazo somente deve caminhar se for acompanhado de um acordo no Protocolo de Kyoto. Isso significa que em Durban, se um segundo período de compromissos (pós-2012) não for aprovado, poderá ocorrer a paralisação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Existirá um intervalo de tempo para os países retomarem a confiança política mútua e voltarem a negociar.

Acontece que a crise econômica mundial predomina a preocupação dos trabalhos, pois ameaça as fontes de recursos do chamado Fundo Verde, criado na COP-16, no ano passado, em Cancún, no México. Essa decisão implica nos países ricos transferirem US$ 28 bilhões para os países pobres lidarem com as mudanças climáticas, até 2012.

Uma das dúvidas, por exemplo, é os Estados Unidos, que, sem fazer parte do Protocolo de Kyoto, não possuem metas de corte de emissões de gases estufa como outros países industrializados. Na análise dos negociadores, sem confirmar recursos para o Fundo Verde, o que eles terão a oferecer na COP-17? Outra situação delicada é a China, que não participa do Protocolo.